

Público e Privado: as implicações destas noções sobre a saúde mental dos trabalhadores do sistema prisional

Public and Private: the implications of these notions for the mental health of prison system workers

Cassiano Ricardo Rumin

Mestre em Ciências Médicas (FMRP/USP) e professor na FAI

Cleber Adalberto dos Santos

Psicólogo - FAI

Resumo

Esta pesquisa apresenta os resultados de um estudo sobre as delimitações do espaço público e privado entre Agentes de Segurança Penitenciária (ASPs) de uma unidade prisional do interior Paulista. O objetivo desta pesquisa foi obter a compreensão do sofrimento psíquico determinado aos ASPs em razão do precário estabelecimento da privacidade contraposta às exigências profissionais. Para tanto, utilizou-se um questionário fechado que possibilitou investigar os seguintes grupos temáticos: a) agravos ao quadro geral de saúde, b) impactos sobre as capacidades cognitivas e potencialidades laborais, c) manifestações de sofrimento psíquico e, d) prejuízos ao estabelecimento de relações nos espaços públicos. Esse questionário foi respondido por 21 participantes, ou seja, 11,35% dos ASPs da unidade prisional estudada (n=185). A análise quantitativa das respostas indicou risco constante de violência física no cotidiano prisional, temor em relação à segurança dos familiares, alterações comportamentais percebidas dentro e fora do trabalho e relacionadas aos anos de trabalho na vigilância prisional, percepção de degradação da saúde mental e mudanças nos hábitos sociais dos trabalhadores e seus familiares para evitar o contato com familiares dos sentenciados. Desse modo, pode-se apontar a perturbação da esfera privada pelas interposições relacionadas ao trabalho na vigilância prisional.

Palavras-chaves: Saúde do trabalhador. Saúde mental. Penitenciárias.

Abstract

This research presents the results of a study on the delimitations of public and private space among Prison

Guards (PGs) from a prison unit in the interior of São Paulo State, Brazil. This research aimed to understand the mental suffering infringed on the PGs due to the precarious establishment of privacy as opposed to professional demands. A closed questionnaire was used, permitting the investigation of the following theme groups: a) general health problems, b) influence on cognitive skills and work potentials, c) manifestations of mental suffering and, d) harm for the establishment of relations in public spaces. Twenty-one participants answered this questionnaire, i.e. 11.35% of the PGs at the prison unit under study (n=185). The quantitative analysis of answers indicated constant risk of physical violence in daily prison reality; fear for the safety of relatives; behavioral changes perceived at and outside work, related with years of work in prison surveillance; perception of degraded mental health and changes in the social habits of these workers and their family members to avoid contact with relatives of convicted people. Thus, the disruption of the private sphere by interpositions related to prison surveillance work is appointed.

Keywords: Worker's health. Mental health. Prisons.

Introdução

De acordo com Thompson (1993), os presídios têm como característica as relações centradas na prática de poder, representado pela tentativa de submeter os que ali estão encarcerados a um regime de controle e submissão. A vigilância constante e as ações que objetivam efetivar a dominação sobre os sentenciados culminam com o estabelecimento de práticas totalitárias e atingem também os trabalhadores do sistema prisional. Assim, o trabalho na vigilância prisional se constitui em um caso inequívoco de manifestação intensa de sofrimento psíquico originado

pela organização e condições de trabalho.

Ao mesmo tempo em que os Agentes de Segurança Penitenciária (ASPs) realizam a vigilância, também são vigiados pela hierarquia institucional e pelos próprios sentenciados. Desse modo, além de se exigir uma postura rígida quanto a atuação profissional, o ASP tem que criar estratégias para lidar com situações aversivas que fogem da ordenação imposta pelas normas da unidade prisional. Vasconcelos (2000) relata as condições desarmônicas e desconcertantes que estes trabalhadores vivenciam e que interatuam na determinação de sofrimento psíquico, tais como:

a precariedade das instalações, a desproporção numérica entre os guardas e detentos, o risco de serem agredidos, a falta de preparo na formação, a desvalorização profissional e, principalmente, o caráter violento impregnando toda a atividade, invadindo sem medida a vida fora do trabalho. (VASCONCELOS, 2000 p. 31).

Diante do exposto acima, considera-se a necessidade de avaliar como se configura a delimitação do espaço público e privado entre trabalhadores que desenvolvem atividades na vigilância prisional. Nesse caminho, se faz necessário a compreensão da delimitação desses espaços a partir das concepções desses trabalhadores.

Público e Privado: desdobramentos das práticas institucionais sobre a singularidade dos trabalhadores

A palavra **público** é definida como aquilo que **pertence a um povo ou ao povo; que serve para o uso de todos; relativo ou destinado ao povo, à coletividade, ou ao governo de um país, bem como é de uso de todos, ou se realiza em presença de testemunhas** (Bueno, 1996). Já a palavra **privado** pode ser definida como algo **que não é público; particular** (Bueno, 1996).

Na obra de Hannah Arendt (2000), o termo **público** possibilita a compreensão de dois diferentes significados. Em primeiro momento designa o que **pode ser visto e ouvido por todos e (...) constitui a realidade** (ARENDR, 2000). Em segundo lugar, o termo público:

“tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, como os negócios realizados entre os que, juntos habitam o mundo feito pelo homem. A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer (ARENDR, 2000 p. 62).

Em relação à esfera privada, a autora pontua que as

sociedades ocidentais produziram uma mudança enorme no conceito de privado – que anteriormente referia-se a privação – pois, atualmente, esse conceito remete a um círculo de intimidade cujas origens podem ser encontradas na civilização romana onde **os homens podiam mostrar quem realmente e inconfundivelmente eram** (ARENDR, 2000).

O desdobramento destas noções (público e privado) sobre a saúde mental envolve as relações desses trabalhadores com a coletividade, ou seja, com aquilo que é considerado público e propaga-se naquilo que é singular ao sujeito, que é de caráter privado. Articulado as dimensões inerentes ao que é designado como público, o trabalho modula o acesso ao espaço reificado permitindo o consumo de objetos fetichizados. A particularidade da conjunção público/consumo efetiva o indivíduo como componente da coletividade.

Entretanto, deve-se destacar que no espaço reificado o trabalho não permite o estabelecimento de ressonância simbólica e pode ser concebido como patológico. Desse modo, associado ao risco de violência, inerente ao trabalho na vigilância prisional encontra-se a possibilidade do trabalho apresentar-se desvinculado das aspirações singulares de cada trabalhador e, assim, não encontrar no espaço privado relações que viabilizem a possibilidade de elaboração ao sofrimento psíquico.

Em virtude das considerações expostas acima esta pesquisa teve o objetivo de caracterizar as vivências de sofrimento psíquico determinadas aos ASPs em razão da precária delimitação, na atividade profissional, dos espaços públicos e privados. Desse modo, é possível contribuir para o reconhecimento dos desdobramentos da prática produtiva dos ASPs na instituição prisional, no espaço fora do trabalho, na esfera familiar e na subjetividade.

Material e Métodos

Delineamento da pesquisa

Com o intuito de demonstrar em que proporção os ASPs são afetados pelos aspectos inerentes ao trabalho na instituição prisional procedeu-se a escolha de um modelo de questionário fechado que possibilitou responder questões sobre os seguintes grupos temáticos: a) agravos ao quadro geral de saúde, b) impactos sobre as capacidades cognitivas e potencialidades laborais, c) manifestações de

sofrimento psíquico e, d) prejuízos ao estabelecimento de relações nos espaços públicos.

Estes grupos temáticos foram elencados em pesquisas anteriores (RUMIN, 2006; LOPES, 2002; FERNANDES et al., 2002; VASCONCELOS, 2000) como componentes do desgaste ao quadro geral de saúde dos trabalhadores do sistema prisional.

Como parte introdutória do instrumento de coleta de dados havia instruções sobre como proceder a resposta as questões e campos a serem preenchidos com variáveis sócio-econômicas. O questionário fechado foi composto por 32 perguntas onde o trabalhador poderia escolher uma entre quatro respostas possíveis que abrangiam desde a ocorrência de um evento em grau máximo até a ausência de sua ocorrência. Este instrumento possibilitou a utilização da estatística descritiva para determinar em que proporção certas situações atingiam o cotidiano de trabalho e a vivência afetiva do trabalhador.

Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são ASPs, lotados em uma Penitenciária do Oeste Paulista. O procedimento adotado para a coleta dos dados foi a entrega do questionário fechado, individualmente, aos ASPs durante a troca de plantão. Anteriormente a entrega do questionário, os participantes da pesquisa receberam uma prévia instrução sobre o objetivo da pesquisa e como proceder a resposta ao questionário.

Os trabalhadores que decidiram participar da pesquisa preencheram e assinaram a carta de Informação ao Sujeito da Pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No total responderam ao questionário 16 plantonista (13 do sexo masculino e 03 plantonista do sexo feminino) e 05 diaristas que também são ASPs, mas prestam serviços administrativos, totalizando assim 21 participantes, ou seja, 11,35% dos Agentes de Segurança Penitenciária em exercício na unidade prisional (n=185).

Resultados

A seguir apresentam-se as informações obtidas pelo instrumento de pesquisa. As questões referentes aos dados sócio-econômicos demonstraram que a média de idade dos participantes da pesquisa é de 40 anos; as mulheres

representam 14,28 % dos entrevistados frente a 85,71 % de homens. A maioria dos ASPs são casados e representam 76,19 % dos pesquisados, destes 52,38 % possuem filhos. Já a escolaridade comprovada na pesquisa demonstra que 42,85 % dos agentes têm o segundo grau completo e que 38,10% possuem o ensino superior completo.

Dos postos de trabalho existentes na unidade penitenciária abordada na pesquisa, destaca-se que 47,62% dos participantes da pesquisa ocupam postos de serviço que são internos as dependências da prisão, onde o contato direto com sentenciados é freqüente. Por outro lado, 52,38 % se encontram em postos de serviço externos o que contribui para a menor possibilidade de contato com algum sentenciado.

Agravos ao quadro geral de saúde

A execução das atividades produtivas no serviço de vigilância prisional determina a exposição dos trabalhadores a situações que exigem atenção constante, agilidade na tomada de decisões, exposição a tarefas monótonas e repetitivas e extensa jornada de trabalho. Ainda, pode-se considerar que fatores que ocasionam prejuízos a saúde decorrem da tensão e estão associadas à execução do trabalho, às exigências cognitivas associadas à vigilância, ao trabalho realizado em turnos e a sobrecarga ocasionada pela redução do número total de trabalhadores.

No ano de 1994 a proporção entre o número de sentenciados em relação ao número de trabalhadores da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) era de 137 sentenciados para cada 100 trabalhadores da SAP. Já em 2006, esta proporção foi de 906 sentenciados para cada 100 trabalhadores da SAP (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, 2008).

A partir destas características foi possível analisar as respostas apresentadas às questões referentes a dores e desconforto físico, percepção do cansaço e recomposição das capacidades produtivas após o descanso.

Tabela 1. Percepção do desgaste após a jornada de trabalho.

Questão apresentada	Raramente (%)	De vez em quando (%)	Com alguma freqüência (%)	Sempre (%)
Cansaço após uma noite de descanso?	28,57	47,62	23,81	-
Incômodo ou dificuldade para dormir?	33,33	47,62	19,05	-
Cansaço ao iniciar a jornada de trabalho?	-	23,81	33,33	42,86
Esgotamento ao final da jornada de trabalho?	19,05	42,86	9,52	28,57

Em relação à percepção de cansaço após uma noite de descanso 23,81% dos entrevistados destacaram que esta situação ocorre com alguma frequência, o que pode indicar prejuízos a qualidade do sono ou mesmo horas de repouso insuficientes para o restabelecimento das capacidades produtivas. Pode-se considerar que a perturbação da atividade onírica por conteúdos associados ao cotidiano de trabalho (RUMIN et al., 2007) são constantes aos ASPs e prejudicam a qualidade do sono.

Dificuldades para organizar o ciclo de sono ocorreram com alguma frequência para 19,05% dos entrevistados. A insuficiência das horas de repouso pode ser ocasionada pela necessidade de desenvolver outras atividades produtivas nos dias que não são mobilizados pelos turnos de trabalho. Assim, a combinação entre trabalho em turnos e atividades ocupacionais nos dias que alternam os turnos de trabalho produziram a intensificação do desgaste dos ASPs.

A manifestação do desgaste físico pode ser representada pelas respostas relativas à percepção de cansaço ao iniciar a jornada de trabalho (42,86%). A extensão superior a 12 horas de trabalho determinaria a percepção do esgotamento físico a 28,57% dos entrevistados. A percepção de esgotamento pode ser produzida pela exigência de se manter em pé ou em condição estática por boa parte da jornada de trabalho que se estende por 12 horas no caso dos trabalhadores plantonistas. Esta é uma exigência imposta aos ASPs alocados nas gaiolas de acesso aos pavilhões e está associada a exposição à cargas físicas, tais como, o ruído dos pavilhões e da cozinha e a oscilação de temperatura que combina frio intenso no inverno e calor demasiado no verão.

As questões relativas à manifestação de dores e perturbação da execução do trabalho foram organizadas para averiguar a materialização dos agravos à saúde determinando a limitação da atividade profissional. A tabela 2 apresenta a proporção de respostas obtidas junto aos entrevistados. Questionados sobre a manifestação de dores e desconforto físico quase um terço dos trabalhadores responderam a ocorrência destas com alguma frequência (28,57%).

Ainda, destaca-se a manifestação cotidiana de dores e desconforto físico para 9,52% dos entrevistados. Assim, verifica-se que 38,09% dos trabalhadores afirmaram conviver com fenômenos dolorosos que precarizam seu quadro geral de saúde.

Tabela 2. Manifestações dolorosas e prejuízos à atividade produtiva.

Questões apresentadas	Raramente (%)	De vez em quando (%)	Com alguma frequência (%)	Sempre (%)
Dores ou desconforto limitam seu trabalho?	57,15	4,76	28,57	9,52
Alguma coisa inibe seu trabalho?	14,29	42,86	33,33	9,52
Costuma se afastar do trabalho?	85,72	9,52	4,76	-

A percepção de incômodo que inibe a realização do trabalho se apresenta com alguma frequência no cotidiano de 33,33% dos entrevistados. Já para 9,52% dos participantes, constantemente a percepção de incômodo prejudica a capacidade funcional. Entretanto, não configuram um impedimento das atividades laborativas, pois, 85,71% dos trabalhadores relataram que raramente se afastam do trabalho. Esta informação pode encobrir a frequente utilização dos abonos e das faltas médicas como estratégias para o enfrentamento dos agravos à saúde.

Impactos sobre as capacidades cognitivas e potencialidades laborais

As situações que envolvem as condições de trabalho e sua organização se interrelacionam na determinação do binômio saúde/doença. Nesta interrelação destacam-se as possibilidades de prejuízo às capacidades cognitivas e a manifestação de sofrimento psíquico. A tabela 3 apresenta respostas referentes a organização das capacidades cognitivas dos entrevistados:

Tabela 3. Percepção de qualidade de suas capacidades cognitivas.

Questões apresentadas	Raramente (%)	De vez em quando (%)	Com alguma frequência (%)	Sempre (%)
Consegue se concentrar no trabalho?	-	9,52	33,33	57,15
Confia em sua capacidade para o trabalho?	-	-	19,05	80,95
Dúvida da importância de seu trabalho?	33,33	38,10	19,05	9,52
Sente-se seguro em suas ações profissionais?	4,76	14,29	19,05	61,9

As respostas sobre a capacidade de concentração no trabalho demonstraram que 57,15% dos entrevistados não relataram prejuízos à concentração. Entretanto, em torno de 10% dos entrevistados destacaram dificuldades cognitivas (manutenção da atenção) na execução de suas atividades.

A confiança nas potencialidades pessoais para o exercício profissional está presente para quase a totalidade dos entrevistados (80,95%). A percepção de segurança, ou

melhor, de controle no desempenho das funções que são responsáveis é “sempre” vivenciada por 61,9% dos entrevistados mesmo levando em consideração a instabilidade cotidiana do sistema prisional. Entretanto, o relato de insegurança no desempenho das funções (19,05%) associado às dúvidas sobre a importância da função produtiva (28,57%) configuram uma interrelação que contribui para a manifestação de vivências ansiogênicas.

As relações conflituosas estabelecidas no contato diário com os integrantes dispostos nas relações institucionais podem se apresentar como componentes da manifestação de sofrimento no trabalho. Assim, a hierarquia institucional, o coletivo de trabalhadores e os sentenciados abrigados nas dependências prisionais são fontes predisponentes para vivências afetivas conflituosas. A tabela 4 é composta por categorias investigadas para determinar a articulação destas relações na rotina institucional.

Tabela 4. Posicionamento frente a conflitos na rotina institucional.

Questões apresentadas	Raramente (%)	De vez em quando (%)	Com alguma frequência (%)	Sempre (%)
Cala-se frente a coisas erradas no trabalho?	38,10	38,10	14,28	9,52
Encontra boa vontade e disposição dos colegas?	33,33	28,57	28,57	9,52
Já ocorreu algum conflito no trabalho?	47,62	47,62	4,76	-
Lida de modo pouco conflituoso com os sentenciados?	4,76	14,28	57,15	23,81
Frente a conflitos é paciente com as pessoas?	14,28	23,81	42,86	19,05
Preocupa-se com as opiniões dos outros trabalhadores?	9,52	28,57	33,33	28,57

A possibilidade de expressão de opiniões em situações consideradas inadequadas à organização de trabalho se constitui como meio de promoção da saúde mental no ambiente de trabalho. Na movimentação do discurso, há um agenciamento de palavras e efeitos de sentido que revelam o funcionamento da dinâmica intersubjetiva no plano coletivo e individual. O relato dos entrevistados aponta a autonomia oferecida pela hierarquia institucional para que os trabalhadores regulem suas interrelações: aproximadamente 77% dos entrevistados declararam expressar suas opiniões frente desarranjos organizacionais.

Entretanto, o posicionamento enfático dos trabalhadores nas condições de desarranjo pode contribuir para o acirramento das relações pessoais no trabalho, pois, os ASPs entrevistados apontam que “raramente” (33%) ou “apenas de vez em quando” (28,57%) encontram

boa vontade e disposição do coletivo de trabalhadores para a manutenção e o aprimoramento das práticas institucionais.

A divisão do trabalho entre postos isolados que alocam um único trabalhador pode produzir uma redução nas situações de conflito entre os ASPs. Associadas ao isolamento nos postos de trabalho encontram-se as tarefas delimitadas e repetitivas – tal como o trabalho nas gaiolas de acesso – como atenuador do conflito relacional: 47,62% dos entrevistados afirmam que “raramente” ocorrem conflitos no trabalho. Por outro lado, a realização de tarefas monótonas e repetitivas tem uma ação deletéria sobre a saúde mental dos trabalhadores por não permitir a materialização das relações desejantes e não originar um produto do trabalho valorado pelos agentes da atividade ocupacional.

O contato com os sentenciados pode ser considerado uma situação onde o risco do estabelecimento de agressões físicas e a exposição a ameaças contribuiria para a manifestação de intenso sofrimento psíquico. Para a manutenção de uma ordem disciplinar que reduziria a exposição do trabalhador aos conflitos inerentes ao contato com os sentenciados, alguns trabalhadores encontram no comportamento rude, truculento e conflituoso o modo operante que instrumentalizaria sua prática profissional. Entre os entrevistados o modo conflituoso de lidar com os sentenciados é intrínseco para 19,05% e 57,15% afirmam que esta condição ocorre com frequência no trabalho.

A impaciência na resolução de conflitos é situação corrente para 14,29% dos entrevistados e tem ocorrência episódica para 23,81%. A desconsideração de valores ancorados no julgamento do coletivo de trabalhadores constitui um fundamento da impaciência e do comportamento agressivo internalizado pelos ASPs: 38,09% afirmam não se importar com a percepção coletiva de sua conduta revelando uma acentuação narcísica de sua conduta.

Neste sentido, a acentuada conduta narcísica assumida pelos agentes pesquisados (38,09%) pode remeter a dificuldade, ou talvez uma recusa em considerar as concepções de mundo organizadas pela coletividade que não sejam congruentes ao seu próprio ponto de vista. Pode-se considerar esse posicionamento dos atores do cotidiano laboral uma formação defensiva onde a convergência de referenciais particulares em detrimento das menções concebidas em práticas coletivas (atividades linguageiras) figura como modelo de mediação entre as

exigências organizacionais e as demandas subjetivas.

Manifestações de sofrimento psíquico

A percepção de alterações comportamentais é relatada pelos trabalhadores como algo que se produz em razão do desenvolvimento de atividades ocupacionais no sistema prisional. São apontadas manifestações ansiogênicas (RUMIN, 2006) e reações comportamentais (THOMPSON, 1993) diferenciadas dos padrões existentes antes do ingresso na atividade de vigilância prisional.

Thompson (1993) afirma que dentro de uma instituição prisional, tanto os sentenciados quanto os ASPs estão sujeitos a determinadas influências, que ele denomina de **fatores universais de prisionização**. De acordo com o autor estes fatores envolveriam: aceitação de um papel inferior; acumulação de fatos concernentes à organização da prisão; o desenvolvimento de novos hábitos, no comer, vestir, trabalhar, dormir; a adoção do linguajar local; o reconhecimento de que nada é devido ao meio ambiente, quanto à satisfação de necessidades; eventual desejo de arranjar uma **boa ocupação** (THOMPSON, 1993).

A percepção da diversificada gama de alterações comportamentais e emocionais ressaltada também por Lopes (2002) é acompanhada pelo posicionamento enfático da autora sobre a necessidade de constituição de um modelo de atenção em saúde mental para estes trabalhadores: **um serviço como esse visaria atender um grande número de agentes - não apenas aqueles agentes reféns nas rebeliões - na forma de um programa preventido em saúde física e mental no sistema penitenciário uma vez que o elevado nível de sofrimento no trabalho dos agentes acaba por produzir modificações comportamentais dos mais diferentes tipos e com diferentes graus de gravidade. Além disso, esse serviço poderia substituir, em definitivo, o atendimento prestado aos agentes pelos profissionais que atuam nas prisões.**

A tabela 5 apresenta algumas informações sobre a manifestação das alterações comportamentais e emocionais dos trabalhadores. O relato do comportamento diferenciado dentro e fora do ambiente de trabalho é apontado por mais da metade dos trabalhadores (52,38%). As alterações comportamentais podem surgir em razão da participação dos trabalhadores em “estratégias defensivas

coletivas” (DEJOURS, 1992a) organizadas no cotidiano de trabalho ou decorrer do estado de risco e atenção constante que predisporia os trabalhadores às vivências paranóides (STEINER, 1981). As vivências paranóides poderiam contribuir para o acirramento das relações pessoais no trabalho em razão dos mecanismos defensivos predominantes utilizados neste posicionamento: a cisão, a idealização e a identificação projetiva (STEINER, 1981).

Tabela 5. Percepções sobre alterações comportamentais e emocionais.

Questões apresentadas	Raramente (%)	De vez em quando (%)	Com alguma frequência (%)	Sempre (%)
Seu comportamento é igual dentro e fora do trabalho?	52,38	9,52	19,05	19,05
Comportamentos de outros trabalhadores lhe incomodam?	23,81	42,85	19,05	14,29
Presenciou comportamentos estranhos de algum trabalhador?	19,05	57,14	19,05	4,76
Expõe à família as dificuldades do trabalho?	52,38	23,81	14,29	9,52
A família é acolhedora das tensões do trabalho?	14,29	14,29	9,52	61,90
Pensa em mudar de profissão?	19,05	4,76	19,05	57,14

É possível que o posicionamento paranóide contribua para a percepção de incômodo frente ao comportamento dos colegas de trabalho: 19,05% se incomodam com alguma frequência e 14,29% relataram sempre se incomodar com o comportamento dos outros trabalhadores. A identificação de comportamentos estranhos no coletivo de trabalhadores está ligada à percepção aguda da precarização da saúde mental no ambiente de trabalho. A expressão **ficar chapado** é uma apresentação jocosa do estado de vulnerabilidade à saúde mental que se manifesta na linguagem dos ASPs. Questionados sobre o reconhecimento de comportamentos estranhos nos outros trabalhadores 23,81% afirmam que **com alguma frequência** ou **sempre** presenciam estes comportamentos.

Em virtude da destacada função da família na manutenção da saúde mental questionou-se os trabalhadores sobre o acolhimento que os componentes do grupo familiar lhes ofereciam. Porém, antes deste questionamento verificou-se a ocorrência da partilha dos acontecimentos do cotidiano prisional com os integrantes da família. Obteve-se como resposta que 52,38% dos entrevistados raramente expõem à família o conflituoso cotidiano do sistema prisional.

A família é um espaço onde o cotidiano de trabalho pode ser reproduzido, como destaca Thompson (1993). A

reprodução do cotidiano de trabalho para esta categoria profissional guarda a proposição da ambivalência nas relações familiares. Tal como a afirmação de Foucault (1987) que para a sociedade a prisão atenderia a princípios higienistas, a reprodução, nas relações familiares, do cotidiano prisional poderia seguir a dicotomização das condutas entre más e boas. Consequentemente seria acirrado o conflito entre os familiares e, a maciça imposição de condutas idealizadas fragilizaria vínculos afetivos.

O ocultamento do cotidiano de trabalho dos familiares teria como função livrá-los da apreensão resultante da participação de um de seus integrantes em uma organização do trabalho tão arriscada: “se não bastasse trabalhar num local tão turbulento e amedrontador, os trabalhadores ainda devem executar as funções de controle à violência e manter a disciplina dos corpos” (RUMIN, 2006). A resposta ao acolhimento familiar frente à tensão do trabalho fundamenta a importância desta instância afetiva na manutenção da saúde mental: 61,90% dos entrevistados apontaram a família como continente dos conflitos disparados pela ação profissional.

Apesar da família materializar este elemento de proteção ao trabalhador, 57,14% dos entrevistados afirmam que “sempre” pensam em mudar de profissão e 19,05% apontam esta disposição “com alguma frequência”. Esta disposição dos trabalhadores de encontrar um outro espaço para as aspirações profissionais poderia também referir-se à dificuldade de vivenciar a ressonância simbólica no trabalho (DEJOURS, 1992b) e assim se deparariam com o sofrimento patológico.

Prejuízos ao estabelecimento de relações nos espaços públicos

As relações sociais serão inicialmente abordadas pela articulação entre identidade e atribuição a esta de valores nos espaços públicos. Pode-se definir a identidade como “o ponto de referência a partir do qual surge o conceito de si e a imagem de si, de caráter mais restrito” (JACQUES, 2005). Ainda segundo Jacques (2005) pode-se investigar a formação de identidade a partir dos “atributos que assinalam a pertença a grupos e categorias, ou seja, a identidade social”. Na busca de entendimento sobre os reflexos da identidade social dos ASPs nos momentos de contato com a comunidade apresenta-se os resultados exibidos na tabela 6.

Tabela 6. A identidade social e a relação com a comunidade.

Questões apresentadas	Raramente (%)	De vez em quando (%)	Com alguma frequência (%)	Sempre (%)
A comunidade entende a função social de seu trabalho?	76,19	14,29	4,76	4,76
Sua vida particular, familiar e social são afetadas pelo trabalho?	38,10	38,10	19,05	4,76
O ambiente de trabalho influencia a organização de suas relações sociais?	38,10	33,33	14,29	14,29
Atividades rotineiras podem ser afetadas pela sua profissão?	57,14	23,81	14,29	4,76

A declaração do não entendimento das funções sociais do trabalho pela comunidade é um elemento que desperta em 76,19% dos trabalhadores vivências de desconsideração pela atividade desenvolvida. Representados coletivamente de modo pejorativo conta-se com a efetivação desta conjuntura em 23,81% das respostas onde, **sempre e com alguma frequência**, a vida particular, familiar e social são afetadas pelo trabalho. Lopes (2002) destaca a atribuição pela comunidade de valores pejorativos ao trabalho dos ASPs como um elemento que contribui para a degradação das relações sociais, pois, segundo a autora: as histórias dos carrascos, carcereiros, guardas de presídio, agentes de segurança penitenciária, independentemente do tempo histórico, guardam em comum um aspecto: o fato de sempre terem estado ligadas às situações de torturas, agressão, vigilância e fiscalização e a outros mecanismos disciplinadores utilizados para aplicar o castigo considerado justo, para punir o desvio, promover a adequação e manter uma determinada ordem social. A vida dos profissionais que atuam nas prisões é, desde o início, e ainda hoje, caracterizada pelo vínculo com o encarceramento, a exclusão e a violência. (LOPES, 2002).

Em sentido inverso ao das representações sociais sobre o trabalho dos ASPs questionou-se se o ambiente de trabalho perturbava a organização das relações sociais. Esse questionamento ocorreu em razão do reconhecimento, por integrantes da comunidade, de gírias e expressões linguísticas no discurso dos ASPs que são utilizadas pelos sentenciados. Nestas ocasiões, as expressões linguísticas são percebidas como a internalização dos valores e normativas da população carcerária (RUMIN et al., 2007). Em resposta, 28,58% afirmam que o ambiente de trabalho influencia a organização das relações sociais **com alguma frequência** ou **sempre** e 19,05% enfatizam que a identidade profissional prejudica tarefas rotineiras como ir ao banco ou ao supermercado. A perturbação da liberdade individual de circulação nos espaços públicos é algo que se estabelece em detrimento da preservação da privacidade de escolher por onde e em que momento

o trabalhador definirá o estabelecimento de seus movimentos. Assim, o constrangimento da circulação é uma esfera de perturbação do espaço privado e contribui para a perpetuação do sofrimento no trabalho de vigilância prisional.

Pode-se a partir de agora, analisar as circunstâncias de circulação pelo espaço social como situações ansiogênicas aos trabalhadores. A tabela 7 apresenta os quesitos investigados para esta categoria.

Tabela 7. Circunstâncias de circulação pelo espaço social.

Questões apresentadas	Raramente (%)	De vez em quando (%)	Com alguma frequência (%)	Sempre (%)
Sente-se ameaçado por estranhos em sua casa?	71,43	9,52	14,29	4,76
Caminha sozinho pela cidade sem se preocupar em sofrer violência?	14,29	38,10	14,29	33,33
Teme que a família sofra violência por ordem dos sentenciados?	23,81	28,57	23,81	23,81
Mantém-se em estado de alerta e atenção em locais públicos?	23,81	14,29	23,81	38,10
A liberdade de circulação nas ruas é afetada pela sua profissão?	28,57	33,33	14,29	23,81

A sensação de ameaça despertada pela presença de estranhos nas áreas limítrofes de suas residências foi relatada por 14,29% dos entrevistados **com alguma frequência** e por 4,76% **sempre**. Estas vivências paranóides poderiam estimular a ocorrência de comportamentos compulsivos. Rumin et al. (2007) destaca que a manifestação de comportamentos com características compulsivas, tais como, o fechamento de portas e janelas e questionar as condições de segurança da residência a partir da presença de pessoas suspeitas nas ruas antes de iniciar o ciclo de sono são manifestações freqüentes.

Os fenômenos paranóides que se reproduziriam no cotidiano dos trabalhadores resultariam em restrição a circulação destes trabalhadores em espaços públicos. Assim, 14,29% dos entrevistados relataram que **raramente** caminham pela cidade sem se preocupar com a violência e 38,10% fazem esta atividade sem temer a violência apenas **de vez em quando**.

O receio de que a família sofra violência de indivíduos ligados aos sentenciados surge **sempre** para 23,81% e **com alguma frequência** na mesma proporção. De acordo com Rumin et al. (2007) **a violência direcionada pela ordenação dos sentenciados à família do trabalhador mobilizaria o enlutamento associado à possibilidade de perda dos objetos de amor e fragmentaria a constituição defensiva de negação do risco**.

A manutenção do estado de alerta proporcionado pelas

vivências paranóides intensifica o desgaste proporcionado pelo trabalho. Dal Rosso, Barbosa e Fernandez Filho (2001) destacam que a concepção marxista da intensidade do trabalho se dá pela compreensão de que **tanto mais intenso será o trabalho quanto mais eliminar de seu interior tempos de não-trabalho**. Ao averiguar a manutenção do estado de alerta dos trabalhadores em locais públicos buscou-se delimitar a intensidade do trabalho na vigilância prisional pelo encolhimento do tempo de não-trabalho. As respostas dos entrevistados indicaram que 38,10% dos trabalhadores estão sempre em estado de alerta e 23,81% postavam-se nesse estado **com alguma frequência**. Desse modo, pode-se afirmar a perturbação da esfera privada pela intensificação do trabalho que se estende até os espaços públicos.

Questionados sobre a interferência do trabalho em sua **identidade social** (JACQUES, 2005), ou seja, a influência de sua função pública na liberdade de circulação pela comunidade 14,29% dos entrevistados declararam se sentir constrangidos em seus direitos **com alguma frequência** e 23,81% relataram que esta é uma situação **sempre** presente em seu cotidiano. Nesse sentido, pode-se caracterizar a perturbação da esfera privada pelas práticas institucionais aqui tratadas como demandas da esfera pública.

Discussão

O trabalho organizado em turnos oferece, como efeitos deletérios cumulativos sobre a saúde, o aumento de risco para o desenvolvimento de doenças isquêmicas do coração, distúrbios do sono, fadiga constante, irritabilidade e instabilidade afetiva (FISCHER; LIEBER; BROWN, 1995). Associado aos prejuízos reconhecidos pela literatura que avalia o trabalho em turnos encontra-se, para o grupamento de trabalhadores investigados, a extensão ampliada da jornada de trabalho pelo período de 12 horas. Essa associação contribuiria para a diminuição do principal período de sono, aumento da sonolência e de períodos de sono fragmentado (cochilos) e prejuízos qualitativos ao ciclo de repouso (FISCHER; LIEBER; BROWN, 1995).

Vale destacar que ainda há controvérsias sobre a influência dos turnos de 12 horas sobre a saúde do trabalhador: **se por um lado, os débitos crônicos de sono somados às cargas de trabalho intensas geram fadiga nos trabalhadores, por outro, as conseqüências em longo**

prazo na saúde e na capacidade de trabalho ainda não foram completamente esclarecidas na literatura (METZNER & FISCHER, 2001). Nesse ponto pode-se enfatizar a necessidade do tempo de não-trabalho como componente de balizamento da saúde. Codo (2006) destaca ainda que o momento de interrupção da atividade produtiva se perfaz em promotor da saúde mental, pois, **a não-produção (alienada) produz um produtor ativo, de si, do outro e do mundo.**

As condições apresentadas apesar de não impossibilitar o emprego do corpo, como instrumento do trabalho, acarreta prejuízos a esfera cognitiva dos indivíduos expostos cotidianamente a tal modelo de organização do trabalho. Os prejuízos cognitivos envolveriam diminuição da capacidade de concentração para atividades intelectuais e podem contribuir para prejuízos a tomada de decisões. Uma característica peculiar da ação produtiva dos ASPs é a exigência de atenção à produção discursiva dos sentenciados e a conseqüente formulação de respostas a essa demanda. Guarda-se aqui a proposição de que os prejuízos as capacidades cognitivas influenciam diretamente o trabalho dos ASPs, pois, esses trabalhadores figuram como mediadores entre as posições discursivas apresentadas pelos sentenciados e a normativa institucional. Desse modo, avaliações imprecisas sobre as proposições dos sentenciados geram a formação de compromissos dúbios que intensificam a ambigüidade das relações conflituosas desenvolvidas entre ASPs e sentenciados.

Entre as condições ambientais que potencializam o desgaste a saúde destaca-se o ruído do ambiente de trabalho. De acordo com Souza, Carvalho e Fernandes (2001) a exposição cotidiana de trabalhadores ao ruído contribui para a manifestação da hipertensão arterial. O ruído determinaria ao trabalhador a manutenção de estados psicofisiológicos de alerta e concorre para o agravamento da hipertensão arterial (SOUZA; CARVALHO; FERNANDES, 2001).

A associação entre prejuízos a qualidade do sono, jornada que atinge 12 horas diárias e a exposição ao ruído podem interatuar na gênese de fenômenos dolorosos que envolvem o aparato músculo-esquelético. Os fenômenos dolorosos podem se iniciar como resposta a uma estimulação, tal como o ruído e as exigências posturais. Além disso, Carvalho (1999) destaca que componentes psicológicos estão presentes na percepção, interpretação e avaliação da dor e os fenômenos persistem mesmo

após terem cessado os elementos que ocasionam a reação dolorosa. A partir desta proposição é possível compreender a variação na expressão de quadros dolorosos entre os ASPs e caracterizar o quadro doloroso como um produto da organização do trabalho. Sendo produzido a partir das ações laborais deve-se considerar que quando o desarranjo entre as imposições organizacionais e demandas subjetivas se intensificam os fenômenos dolorosos podem dificultar o emprego do corpo dos ASPs como instrumento do processo produtivo.

As relações desarmônicas que frequentemente envolvem as práticas organizacionais contribuem para o adoecimento que se estabelece quando não há possibilidades de enfrentamento do cotidiano conflituoso do trabalho. Nesse momento, as estratégias defensivas que garantiam sua participação na ação coletiva são desfezidas e não é mais possível **modificar, transformar e minimizar sua percepção da realidade que o faz sofrer** (MENDES, 1995). A partir de tal ponto, o afastamento do trabalho se configura como o modo operacional de desestabilizar vivências de sofrimento mesmo que com isso se sujeite ao julgamento jocoso de sua hierarquia institucional e do coletivo de trabalhadores. O afastamento do trabalho possibilitaria a integração das vivências afetivas cindidas e contraditórias tornando um meio de reordenação das vertentes que envolveriam a participação e o conflito no trabalho.

À medida que se desenvolvem os conflitos no ambiente de trabalho espera-se o aprimoramento dos processos produtivos pelo reconhecimento de comportamentos ajustados as demandas da organização. A elaboração do conflito constituiria um meio de aprimoramento da prática laboral. Por outro lado, quando os conflitos se personalizam nas práticas de alguns trabalhadores deve-se considerar a percepção de insegurança no desempenho das funções. Nessa situação, o trabalhador questiona a importância de sua ação produtiva para o funcionamento da instituição prisional e restringe a sua prática laboral ao cumprimento de normas expressas pela hierarquia institucional. Verifica-se assim, a redução da iniciativa para a tomada de decisões como modelo de ajustamento que contribui para a percepção de assertividade e redução de ansiedades com características paranóides.

A reduzida iniciativa dos trabalhadores pode também ser considerada em relação ao próprio conteúdo do trabalho e do sofrimento resultante que envolveria: a vigilância sobre o outro, a avaliação do comportamento e

a exigência de enquadramento a um modelo homogêneo de participação na comunidade prisional. Segundo Codo e Batista (1999), **o controle sobre o outro, sobre o meio, é, ao mesmo tempo, uma fonte de prazer e inventora de sofrimento.** Os autores apontam três causas de tensão geradora de sofrimento, sendo elas: **o conflito entre afeto e a razão, as relações sociais de trabalho, e a exigência de controle sobre o meio ambiente.** A atuação dos ASPs, ou seja, suas atribuições no desempenho de suas tarefas, implica o tempo todo, no controle sobre o outro (o sentenciado).

O trabalho na vigilância prisional compreenderia a formulação de um modo de posicionamento dos sentenciados denominado por Kães (1997) como **a-subjetal**. De acordo com o autor esse posicionamento determinaria a abolição da “distância entre o lugar ocupado e o lugar representado” (KÄES, 1997), o que implicaria num silenciamento do desejo e da possibilidade de ocupar um lugar distinto na ordem institucional, pois, “nessa configuração a submissão está no máximo em relação à ordem da sujeição ou da alienação; é completa a identidade da função com o lugar, do sujeito com sua submissão” (KÄES, 1997).

Atuando na função de execução do controle dos sentenciados surgem concepções divergentes sobre o modo operatório de efetivar a disciplina. Assim, surgiriam divergências entre o coletivo de trabalhadores que ocasionariam um sentimento de estranheza no desenvolvimento do trabalho, bem como, propiciaria a fragilização da ação grupal, em virtude das atitudes pautadas em alusões individuais que contestam as referências coletivas constituídas no cotidiano de trabalho. Nesta perspectiva, “o sujeito choca-se com aquilo que, no mundo objetivo e social, resiste ao que sua história singular faz nascer em si mesmo, como expectativas ou como desejos em relação à realização de si mesmo no campo das relações sociais de trabalho” (DEJOURS, 2004).

A ação discursiva entre os ASPs permite o acesso a objetividade das relações sociais de trabalho e aos pressupostos singulares de satisfação dos trabalhadores. Nesse posicionamento antagônico, as relações profissionais podem ser reguladas por ríspidas práticas discursivas e contar com a personalização dos conflitos. Esta personalização dos conflitos poderia reduzir a coesão do grupamento e motivar **relações xenofóbicas** (RUMIN, 2006) no cotidiano institucional. As relações xenofóbicas

impõem os trabalhadores a fundamentar suas ações em práticas de auto-referência onde arranjos individuais são empregados como mecanismos defensivos frente aos entraves e conflitos. De acordo com Codo (2004) os comportamentos de auto-referência impõem aos trabalhadores o impasse entre a onipotência do ato e a impotência frente aos resultados contraproducentes.

Os posicionamentos pessoais e a regulação das relações interpessoais, via atos de linguagem, tornam-se imperativos no modo xenofóbico constituído nas práticas de vigilância prisional. Dejourns (2004) destaca a necessidade de debater a **atividade linguageira**, já que o coletivo é fundado sobre atos de linguagem reconhecidos de um determinado grupo, por si mesmo e pelos pares. O reconhecimento das práticas profissionais por atos de linguagem fundamentados pela pactuação do grupo ofereceria continência ao temor inerente ao aniquilamento do indivíduo que se equivoca frente às exigências institucionais.

O temor do aniquilamento institucional foi reconhecido e nomeado por Thompson (1993) como **prisionização**. Esse modo relacional é congruente com a utilização dos mecanismos defensivos predominantes nas vivências paranóides: a cisão, a idealização e a identificação projetiva. Desse modo, verifica-se a cisão na percepção do trabalhador de que nada que se apresenta nas manifestações humanas é produzido nas relações sociais (pelo ambiente). Esta concepção inatista do desenvolvimento humano demonstra a concepção de mundo dividido entre objetos e indivíduos cindidos distintamente entre **bons e maus**. Além disso, esta concepção aponta para a impossibilidade de alguma ação humana transformar uma condição preexistente; o que se choca diretamente com o preceito de ressocialização do sistema prisional.

A idealização é apresentada pelos trabalhadores **pelo desejo de arranjar uma boa ocupação** (THOMPSON, 1993). Esta possibilidade de trabalho em organizações idealizadas permitiria a formação de ideais pessoais e figuraria como elemento defensivo contra as pulsões destrutivas disparadas pelo contato com o cotidiano conflituoso das prisões. A alusão à existência de lugares idealizados para o emprego dos componentes motores, ideativos e afetivos inibe o silenciamento do desejo ao possibilitar que o trabalhador represente sua existência num espaço futuro onde perceba a ressonância simbólica e o acolhimento aos aspectos conflituosos que permeiam

seu histórico profissional.

Já a identificação projetiva se expressa **no desenvolvimento de novos hábitos** (THOMPSON, 1993) que são estabelecidos a partir da projeção de elementos persecutórios aos componentes das relações sociais. A compreensão dos operadores que envolvem a identificação projetiva permite compreender o modo truculento como os ASPs declaram a configuração de seus contatos com os sentenciados e o posicionamento ríspido frente a resolução de conflitos. A condição que aqui se apresenta envolveria a circunscrição dos elementos persecutórios no corpo do outro e, por esta via, a prática ríspida pode ser considerada um modelo de manutenção do controle sobre os impulsos via ação superegóica. Nessa perspectiva, **se aquilo que for projetado encontrar ressonância na pessoa em que se projeta (...) pode-se ali identificar a origem de suas angústias e ali tentar controla-las** (CODO, 2004).

Considerações finais

A análise das respostas dos trabalhadores ao instrumento de pesquisa utilizado indicou situações que envolveram: risco constante de violência física no cotidiano prisional; temor em relação à segurança dos familiares; alterações comportamentais vivenciadas no cotidiano de trabalho associadas pelos entrevistados à atividade laboral na vigilância prisional; percepção de degradação da saúde mental e mudanças nos hábitos sociais para evitar o contato com o grupamento relacional dos sentenciados em locais públicos de grande circulação.

Deve-se destacar também a percepção dos trabalhadores de modificações comportamentais fora do ambiente de trabalho, além de relatos de desconfiança no momento de constituição de novos vínculos sociais indicando aspectos persecutórios interferindo na saúde mental. Outro fato relevante é o temor de que a família internalize comportamentos intrínsecos à cultura prisional e, por isso, os ASPs procuravam ocultar fatos relacionados ao cotidiano profissional. A família, que poderia figurar como rede de apoio psicossocial estaria distanciada das vivências singulares de cada trabalhador e este distanciamento poderia agravar o nível de ansiedade e sofrimento psíquico. Desse modo, pode-se apontar a perturbação da esfera privada pelas interposições relacionadas ao trabalho na vigilância prisional.

Ainda com relação ao sofrimento psíquico, esta pesquisa indicou que além de não haver o reconhecimento do trabalho dos ASPs na escala produtiva preconizada pela sociedade do capital, há também o sentimento de frustração e temor de vivenciar o escárnio no contato com a coletividade por desenvolver suas potencialidades produtivas com aquilo que a sociedade intenta excluir. Nesse sentido, as inscrições afetivas nos espaços de sociabilidade ficam prejudicadas e distanciadas, pois não há como segmentar a prática profissional e a identidade. Nessa composição dos espaços privados e públicos criam-se barreiras para as trocas afetivas.

Concluí-se o presente artigo apontando que o trabalho na vigilância prisional dificultaria a percepção de prazer e trocas simbólicas mediadas pelo trabalho. Além disso, está relacionado à ansiedade, ora por situações reais, ora por situações imaginárias. Nesta precária delimitação dos espaços públicos e privados destaca-se o prejuízo à saúde mental como uma característica do desgaste no trabalho para essa atividade produtiva.

Referências

- ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BUENO, F.S. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996.
- CARVALHO, M.M.M.J. **Dorume studomultidisciplinar**. São Paulo: Summus, 1999.
- CODO, W.; BATISTA, A.S. O outro como produto. In: CODO, W. **Educação: trabalho e carinho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- CODO, W. **O trabalho enlouquece? Um encontro entre a clínica e o trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CODO, W. **Por uma Psicologia do Trabalho: ensaios recolhidos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- DAL ROSSO, S.; BARBOSA, M.L.; FERNANDEZ FILHO, H.P. Intensidade do trabalho e acidentes. In: SILVA, J. F.; LIMA, R. B.; DAL ROSSO, S. **Violência e Trabalho no Brasil**. Goiânia: UFG; Brasília: MNDH, 2001.

- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992a.
- DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J. F. **O indivíduo nas organizações: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1992b.
- DEJOURS, C. Análise psicodinâmica das situações de trabalho e sociologia da linguagem. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L.I. **Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2004.
- FERNANDES, R.C.P.; SILVANY NETO, A.M.; SENA, G.M.; LEAL, A.S.; CARNEIRO, C.A.P.; COSTA, F.P.M. Trabalho e cárcere: um estudo com os agentes penitenciários da região metropolitana de Salvador, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 18(3): 807-16, 2002.
- FISCHER, F.M.; LIEBER, R.R.; BROWN, F.M. Trabalho em turnos e as relações com a saúde-doença. In: MENDES, R. **Patologia do trabalho**. São Paulo: Atheneu, 1995.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987.
- JACQUES, M.G. Identidade. In: STREY, M. N. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2005,
- KÄES, R. **O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica de grupo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- LOPES, R. O cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais. **Psicologia para a América Latina**, 1(0): 15-22, 2002.
- MENDES, A.M.B. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 15(1-2): 34-8, 1995.
- METZNER, R.J.; FISCHER, F.M. Fadiga e capacidade para o trabalho em turnos fixos de doze horas. **Revista de Saúde Pública**, 35(6): 549-53, 2001.
- RUMIN, C. R. Sofrimento na vigilância prisional: o trabalho e a atenção em saúde mental. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 26(4): 570-81, 2006.
- RUMIN, C.R.; FERREIRA, G.I.F.B.; NASCIMENTO, R.A.; CARDOZO, W.R.; CAVALHERO, R. O sofrimento psíquico no trabalho de vigilância em prisões. 2007. (no prelo).
- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. Estatísticas. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/common/dti/estatisticas/populacao.htm>>. Acesso em 10 Abr 2008.
- SOUZA, N.S.S.; CARVALHO, F.M.; FERNANDES, R.C.P. Hipertensão arterial entre trabalhadores de petróleo expostos a ruído. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 17(6): 1481-88, 2001.
- STEINER, J. O interjogo entre organizações patológicas e as posições esquizo-paranóide e depressiva. In: SPILLIUS, E. B. **Melanie Klein hoje: desenvolvimento da teoria e da técnica**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- THOMPSON, A. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 1993.
- VASCONCELOS, A.S.F. A saúde sob custódia: um estudo sobre agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro. Mestrado em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública, 2000.